


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0009318-70.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

MARLON AUGUSTO SIMONI opõe embargos à execução que lhe move a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** aduzindo que o bem penhorado não lhe pertence e sim à financiadora, e que detém tão somente a posse do bem. Requereu os benefícios da AJG.

Em impugnação (fls. 24/29), a embargada aduziu a intempestividade dos embargos e no mérito que não há prova de que o bem esteja realmente alienado pois a cópia do contrato juntado sequer está assinada.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da Lei nº 6.830/80, pois a matéria controvertida dispensa a produção de outras provas.

Os embargos deve ser rejeitados.

A intempestividade é manifesta. O auto de penhora encontra-se a fls. 389 dos autos da execução e foi lavrado em 06 de agosto de 2014.

O prazo para oposição de embargos à execução fiscal é contado da intimação da penhora.

O STJ, em julgamento sob a sistemática de recursos repetitivos, pacificou a orientação de que o termo inicial para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada aos autos do mandado cumprido (REsp 1.112.416/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 27/05/2009).

Assim também se decidiu:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DOS EMBARGOS POR INTEMPESTIVIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 16, III, DA LEF. O prazo para oposição dos embargos é de 30 dias a contar da data do efetivo cumprimento do mandado

0009318-70.2014.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

de penhora, intimação e depósito e não da sua juntada aos autos. Imprescindibilidade da intimação do cônjuge da penhora realizada, nos termos do artigo 12, § 2º, da Lei nº 6.830/1980, c/c artigo 669, do CPC. Precedentes jurisprudenciais. A alegação da embargante, no sentido de que o cônjuge teria sido intimado da penhora posteriormente, não restou comprovada. Ausência de certidão de casamento ou outro documento a comprovar sua união, bem como o regime sob o qual se deu o casamento. Embargos à execução fiscal opostos após o decurso do prazo estabelecido no art. 16, da Lei de Execuções Fiscais. Agravo retido que se conhece, negando-lhe provimento, bem como à apelação. (TRF-3 - AC: 4361 SP 2005.61.13.004361-7, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO MORAES, j. 10/02/2011, TERCEIRA TURMA).

Deixo de analisar o mérito porque não se trata de matéria cognoscível de ofício e a intempestividade fulmina a ação.

Por oportuno, indefiro a AJG. A declaração de pobreza goza de presunção relativa de miserabilidade, entretanto o embargante é engenheiro e assumiu uma parcela de R\$ 786,66 mensais referente ao financiamento de um veículo, não se podendo admitir que não tenha condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais.

DISPOSITIVO

Ante o exposto: REJEITO os embargos opostos por sua manifesta intempestividade; CONDENO o embargante em custas e honorários devidos pelo incidente, arbitrados estes em R\$ 788,00.

P.R.I.

São Carlos, 02 de julho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA